

# PROFESSORES PER SÃO EMÉRITOS DA FAC

Daniela  
Jorn

Daniel Garcia



Confraternização e reencontros ao final da cerimônia na Faculdade de Medicina

# SEGUIDOS AGORA ULDADE DE MEDICINA

Alarcon  
alista

*Em sessão especial da Congregação, oito pesquisadores afastados e exilados durante a Ditadura militar foram simbolicamente reincorporados ao corpo docente da USP. Sete deles receberam o título de professor emérito (um já o possuía), gesto que foi definido pelo diretor da Faculdade como uma tentativa de “repactuar a história”, recuperar trajetórias interrompidas e destacar o prejuízo causado à universidade por tais perdas. A homenagem estendeu-se também a outros docentes que se bateram contra as arbitrariedades do regime*

**H**ouve um tempo em que, no enxergar enviesado dos conservadores aninhados na burocracia da USP, a ameaça comunista rondava os corredores da Faculdade de Medicina (FMUSP) e de outras unidades: em reuniões acadêmicas, agentes da subversão estariam tramando um golpe contra a ordem. Era preciso intervir! Meses depois de os militares as-

sumirem o poder, veio a primeira resposta, quando o reitor Gama e Silva estabeleceu uma comissão especial para investigar os suspeitos. Os professores que compunham a comissão secreta sugeriram a suspensão dos direitos políticos de 52 pessoas, entre professores, estudantes e funcionários. Era o início de uma longa história de perseguições.

Em seguida, viria uma constelação de inquéritos policiais militares (IPMs), até 1969, quando, após o

Ato Institucional nº5, dois decretos federais determinaram o afastamento de mais 27 professores. Fichados, cassados, aposentados, presos ou exilados ao longo desses anos, os “subversivos” deixaram os laboratórios e salas de aula.

Cerca de quatro décadas depois, oito professores perseguidos durante a Ditadura militar foram simbolicamente reincorporados ao corpo docente da USP, em uma sessão especial da Congregação da FMUSP,

em 18 de setembro de 2008. Erney Felício Plessmann de Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Michel Pinkus Rabinovitch, Pedro Henrique Saldanha e Thomaz Maack tornaram-se professores eméritos. Isaias Raw, que já possuía o título, recebeu a medalha “Arnaldo Vieira de Carvalho”. A peculiar fuga de cérebros promovida pela Ditadura com a cumplicidade dos setores conservadores da USP espalhou os professores mundo afora. Suas contribuições ao ensino, pesquisa e extensão chegaram a países como França, Estados Unidos e Tunísia, e eles acabaram reconhecidos pela comunidade acadêmica internacional.

“A maioria de nós conseguiu refazer a vida e manter laços com o país”, observou Maack, que trabalha até hoje na Universidade de Cornell, em Nova York. “Quem mais sofreu foi quem viveu o exílio interno”, disse, lembrando, além dos professores já falecidos que também sofreram perseguições, aqueles que, apesar de não terem sido forçados a deixar o país, foram submetidos a pressões que dificultariam seu acesso às ferramentas necessárias ao desenvolvimento acadêmico.

Entre eles, Samuel Barnsley Pessoa. Responsável desde 1931 pela cátedra de Parasitologia, Pessoa desenvolveu uma das principais linhas de estudos sobre o tema na América do Sul; em 1945, ele já aventava hipóteses sobre a leishmaniose que outros pesquisadores só redescobririam recentemente. Para a Ditadura e seus apoiadores, porém, o

Fotos: Daniel Garcia



Professor Thomas Maack



Professor Luiz Hildebrando

*Ao lado de professores com trajetória de militância política, figuravam entre os perseguidos alguns que não faziam oposição direta ao regime fora do âmbito acadêmico, e outros que sequer eram de esquerda*

médico não passava de um mentor comunista, em torno do qual se congregavam estudantes e professores “subversivos”. Segundo Luiz Hildebrando, que foi seu aluno, ao testemunhar a perseguição a seus colegas Pessoa teria jurado nunca mais pôr os pés na faculdade: “Ele foi para o [Instituto] Butantã porque, como ele dizia, trabalhar com cobra não dava IPM”.

Os trabalhos de campo haviam fortalecido as posições políticas do médico, que ajudou a desenvolver laboratórios de parasitologia em outras universidades do país e atuou em políticas de Estado, anteriores à

Ditadura, que buscavam combater moléstias como a esquistossomose e a malária. “A Parasitologia era uma cátedra com propensão a atitudes sociais, porque tratava as doenças que, em geral, eram dos pobres”, observa Gerhard Malnic, professor aposentado do Instituto de Ciências Biomédicas, também presente à cerimônia na FMUSP. A repressão praticamente ceifaria o departamento de Pessoa, com os expurgos, entre outros, do casal Leonidas e Maria Deane, já falecidos, de Plessmann de Camargo, de Luiz Hildebrando e Luiz Rey (**vide quadro**).

Ainda que considerado menos “comunista” que a Parasitologia, o Departamento de Fisiologia era demasiado “esquerdista” e, portanto, junto ao de Bioquímica, também foi alvo da repressão. Catedrático da Fisiologia em 1964, Alberto Carvalho da Silva resistiu à pressão dos militares, negando-se a demitir Maack, jovem professor-assistente, outrora militante

## SAMUEL PESSOA SOB O CRIVO DA FUNDAÇÃO ROCKEFELLER

O suposto “desvio ideológico” de Samuel Pessoa já fora notado pela Fundação Rockefeller, da qual o médico foi bolsista. Luiz Antonio de Castro Santos pesquisou, no Rockefeller Archive Center, as fichas de acompanhamento dos bolsistas. “Talvez a mais insólita das anotações pertença ao perfil do parasitologista Samuel Pessoa”, comenta, no prefácio do livro *Norte-americanos no Brasil: Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*, de Maria Gabriela Marinho.

Os primeiros registros, nos anos 1920, elogiavam o desenvolvimento acadêmico do médico. Paralelamente ao acirramento da Guerra Fria, porém, as considerações mudam de tom: Pessoa es-

taria atuando, ao mesmo tempo, como professor e “doutrinador subversivo”. Seus assistentes estariam “provavelmente recebendo subsídios além de seus salários normais”, supostamente para realizar proselitismo político.

Pesava contra o médico sua filiação ao antigo Partido Comunista do Brasil: em 1945, candidatou-se a deputado federal pelo então PCB. Sua visita à China comunista, nos anos 1950, confirmaria as suspeitas. Ainda que tenha viajado como membro de uma comissão científica, aos olhos da Fundação Rockefeller ele “prostituiu” sua “indiscutível competência científica”.

Em um discurso na Universidade Federal da Bahia, já em 1962, Pessoa denunciaria o que, ao seu

ver, era um dos objetivos do imperialismo norte-americano: “transformar o estudante brasileiro em um ‘técnico’, desligado do mundo em que vive, tal como se passa com o estudante norte-americano”.

Depois que deixou a USP, o assédio contra Pessoa seria mantido por longos anos: a última investida, segundo Luiz Hildebrando, veio em 1976, quando, aos 77 anos de idade, foi levado encapuzado à sede do DOI-CODI, na rua Tutóia, e submetido a interrogatório. Morreria um ano depois. Sua mulher, Jovina Pessoa, engajada politicamente desde jovem, adentraria os anos 1980, já idosa, saindo às ruas para denunciar as atrocidades das ditaduras do Cone Sul, como membro do Comitê Feminino pela Anistia.

trotskista. Maack, que lembrou o episódio durante a homenagem na FMUSP, acabou preso no mesmo ano, depois de ter sua casa invadida. Exilou-se nos EUA, após sete meses aprisionado no navio-presídio Raul Soares, em Santos — no qual também foi confinado Luiz Hildebrando, que se exilou em Paris, onde se tornou pesquisador do Instituto Pasteur (e, filiado ao PCB, atuou no Comitê Brasileiro de Anistia de Paris).

Ao lado desses e de outros professores com trajetória de militância política, figuravam na lista de perseguidos alguns que não expressavam

oposição direta ao regime fora do âmbito acadêmico, e outros ainda que sequer poderiam ser considerados de esquerda. O “indesejável” traço que os unia, identifica Maack, era a defesa da reforma universitária e do papel social da universidade. Carvalho da Silva, por exemplo, não desempenhou atividade político-partidária. “Mas em política universitária foi muito ativo”, lembra Malnic, que foi seu orientando no doutorado, “tanto assim que fundou a Associação dos Auxiliares de Ensino, que anos mais tarde daria origem à Adusp”. As reivindicações dos professores reunidos na associa-

ção giravam em torno de melhorias na carreira (como tempo integral e aumento salarial) e, especialmente, da extinção da cátedra vitalícia. “Só o catedrático tinha um posto fixo na universidade. O resto, se brigava com o catedrático, era mandado embora”, recorda Malnic.

As disputas internas à USP, muitas ligadas à obtenção de cátedras, convergiram com as práticas de delação engendradas pelo golpe. Em 1978, a publicação da Adusp *O livro negro da USP* apresentou provas da atuação do conservadorismo interno em perseguições políticas (esta obra foi relançada em 2004 sob o



**Professor Boulos, diretor da FM**



**Professor Gerhard Malnic emociona-se**

título *O Controle Ideológico na USP [1964-1978]*). Ao vencer o concurso para catedrático, Carvalho da Silva foi acusado por seu concorrente de ser “esquerdista”, e submetido a um IPM. “Quando depus no Inquérito Policial Militar que se instalou na Faculdade de Medicina em 1964, o coronel Ênio Pinheiro me perguntou por que apenas os homens de esquerda tinham vez na universidade. Respondi que era simples — eram quase os únicos interessados, os que faziam pesquisa, e por esse motivo estavam assumindo cargos”, relatou Carvalho da Silva em depoimento a Malnic e Plessmann de Camargo.

Apesar de liberado em 1964, cinco anos depois seria aposentado compulsoriamente e afastado da Fapesp, que ajudara a criar. “Em 1969 não houve inquérito”, disse ele. “Uma das alegações para a minha cassação foi a de que, como diretor científico da Fapesp, eu teria aprovado muitas bolsas e auxílios

para comunistas. Contaram-me que essa foi a explicação do Gama e Silva.” Sua cassação, junto a dezenas de outros professores da USP, desencadearia uma greve estudantil na FMUSP, logo reprimida.

Um dos estudantes ativos na greve esteve presente na homenagem de 18 de setembro. “Quero agradecer ao professor Gerhard Malnic”, disse o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, estudante da FMUSP entre 1969 e 1970, “que teve a coragem de ser minha testemunha de defesa na Auditoria Militar, no momento em que todos sabiam que isso podia lhe custar investigação, problemas na carreira”. Recém-chegado ao Brasil quando do golpe de 1964, após quase três anos de pós-doutorado em Cornell, Malnic ganhou pecha de esquerdista, por conta da amizade com figuras como Maack e Carvalho da Silva, o que, ele mesmo reconhece, de certo modo o expunha a possí-

veis represálias dos militares. “Mas eu não tinha muito medo. Como eu não tinha muita atividade política antes, achava que não ia ter problema.” Ajudou não só Vannuchi, mas também outros alunos perseguidos.

Esses, além de médicos e funcionários do Hospital das Clínicas que também foram alvos da repressão, serão homenageados em breve, informa o professor Marcos Boulos, diretor da FMUSP. Está sendo preparada, ainda, uma compilação de depoimentos sobre a época, a ser publicada no centenário da faculdade, em 2012. Para Boulos, a concessão dos títulos de professor emérito foi um espaço para “replantar a história”, recuperando trajetórias interrompidas e destacando o prejuízo causado por tais ausências ao desenvolvimento da universidade. “A perda dessas competências atrasou e muito o crescimento da nossa casa. Até hoje sentimos as conseqüências da arbitrariedade praticada.”